



RELUCI – 3.2.2 (FAFIA)

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA

Gestor responsável: Cassio Leandro Frauches de Souza

Exercício: 2023

1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício de 2023, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Gestão** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, fiscal, patrimonial e operacional, que alcança as tomadas ou prestações de contas dos administradores de recursos públicos, submetido ao TCE-ES para julgamento.

1.1. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de detalharmos os pontos de controle selecionados para análise, é fundamental abordar algumas questões preliminares que podem prejudicar a compreensão da presente Prestação de Contas Anual por parte desta UCCI.

Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, a PCA compreende um conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e de outras peças e documentos necessários para a prestação de contas dos responsáveis.

As normativas do TCE-ES determinam quais pontos de controle devem ser examinados pelo Controle Interno na PCA do exercício. Os principais pontos dizem respeito à consistência dos dados apresentados nos balanços e demonstrativos contábeis.

No entanto, é importante notar que o Conselho Federal de Contabilidade estabelece que a análise de demonstrativos contábeis é uma atividade exclusiva de profissionais com



formação acadêmica em ciências contábeis e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 2018, o CRC/ES emitiu uma notificação aos Controladores dos municípios capixabas, alertando-os sobre a proibição de realizar análises de demonstrativos contábeis caso não possuam a qualificação exigida, sob pena de incorrerem em crime de exercício ilegal de profissão, conforme o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso específico do Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Alegre, embora tenha formação acadêmica em direito, não possui graduação em ciências contábeis nem está registrado no CRC/ES.

Na PCA de 2017, o então Coordenador de Controle Interno da Prefeitura de Alegre optou por não analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCE-ES, o que resultou na citação do Prefeito Municipal para apresentar justificativas pela falta de medidas necessárias para viabilizar a análise dos demonstrativos contábeis.

Diante dessa situação, a UCCI enviou um Ofício ao ex-Prefeito Municipal solicitando a designação de um servidor com formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, e que não estivesse envolvido com as contas das UG's, para realizar a análise dos demonstrativos contábeis de forma imparcial.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal informou que não possuía um profissional com essas características em seu quadro de servidores, mas destacou que contratou uma empresa especializada para reformular o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre, incluindo a criação de cargos efetivos de auditores para a Controladoria.

Essa reformulação resultou na aprovação de uma nova estrutura administrativa pela Lei Municipal nº 3.582/2020, que incluiu a criação do cargo de Controlador Geral do Município, Superintendência de Controle Interno, Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados, Superintendência de Ouvidoria e Participação Social, e Diretoria de Integridade e Transparência.

No entanto, o Projeto de Lei que previa a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno ainda não foi aprovado até a presente data.

Portanto, devido à falta de formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, evidenciada está a impossibilidade do atual CGM em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.



1.2. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2023 para as atividades da UCCI foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2023	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	11.678/2020	01/04/2020
Diretoria de Integridade e Transparência	01	12.973/2023	02/03/2023

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

1. Itens de abordagem prioritária					
2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.2	Pagamento das obrigações	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69.	Análise documental;	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições	Contas de Gestão



	previdenciárias - parte patronal	<ul style="list-style-type: none">• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	revisão analítica	previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	(Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3. Gestão patrimonial					
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.5. Demais atos de gestão					
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2. Itens de abordagem complementar					
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.3. Gestão patrimonial					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5. Gestão Previdenciária					
2.5.7	Servidores Cedidos	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Contas de Gestão (Todas as UG's) e Contas de Gestão do RPPS
2.6. Demais atos de gestão					
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal –	CRFB/88, art. 37,	Conformidade	Avaliar a legislação específica do órgão	Contas de



	contratação por tempo determinado	inciso IX.	(Verificação documental)	disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Gestão (Todas as UG's)
--	-----------------------------------	------------	--------------------------	--	------------------------

3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

O presente tópico, intitulado "Constatações e Proposições", visa fornecer uma análise abrangente dos achados e proposições relacionados aos pontos de controle selecionados para avaliação, conforme delineado na Tabela Referencial 1 da IN nº 68/2020 do TCE-ES.

2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
--------	--	--	---	---	----------------------------------

Desde setembro de 2022, a UCCI vem abordando este tópico de forma contínua, emitindo numerosas notificações à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento (SEFIP). Observamos a falta de um regulamento específico para garantir a observância da ordem cronológica de pagamentos, bem como a ausência de divulgação desta ordem no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

Após uma persistente atuação, conseguimos alcançar resultados positivos. O Decreto nº 12.997/2023 foi promulgado, estabelecendo a obrigatoriedade de seguir a ordem cronológica de pagamentos no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Alegre.

Além disso, foi implementado e está em funcionamento o menu "Ordem Cronológica dos Pagamentos" no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre, acessível através do link: <https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/ordemcronologica.aspx>.

Link FAFIA: <https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=76>

2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	--	--	---	---	----------------------------------

A presente ação fiscalizatória teve o objetivo de avaliar se os precatórios judiciais foram objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Por meio do OFÍCIO FINANÇAS/PMA Nº 0053/2023, a SEFIP informou que os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de



liquidez, acostando, para tanto, os comprovantes de liquidação do exercício de 2022 e a relação de precatórios para quitação no exercício de 2023.

Visando assegurar a devida observância aos mandamentos constitucionais em relação aos precatórios judiciais, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 0225/2023 - UCCI / SEFIP, datado de 1º de dezembro de 2023, requisitando a comprovação quanto a regularidade na quitação dos precatórios, que deveriam ocorrer até o final do exercício de 2023.

Prontamente, conforme OFÍCIO FINANÇAS/PMA Nº 139/2023, a SEFIP respondeu a solicitação anterior, informando que os precatórios, cujo prazo para pagamento expiraria em 31/12/2023, foram integralmente quitados. Inclusive, o primeiro precatório da ordem cronológica do exercício de 2024, também já foi, de maneira antecipada, objeto de acordo e quitação.

2.5.7	Servidores Cedidos	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Contas de Gestão (Todas as UG's) e Contas de Gestão do RPPS
-------	--------------------	---	--------------------------------	--	---

Em relação ao item 2.5.7, a UCCI emitiu uma notificação à empresa responsável pelo Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre, solicitando a implementação do menu "Convênios de Cessão de Servidores (Documentos)". Após essa notificação, o setor de Recursos Humanos (RH) forneceu uma listagem atualizada de todos os documentos de cessão de servidores, os quais agora estão disponíveis no referido menu, sendo acessíveis ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Posteriormente, entramos em contato com a Diretora Presidente do IPASMA para informá-la sobre a existência desse menu, constatando que o RPPS tem conhecimento de todos os servidores que estão cedidos.

2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as	Contas de Gestão (Todas as UG's)



	determinado			contratações atendimento temporária e público.	destinam-se de de excepcional interesse	ao necessidade público	as UG's)
--	-------------	--	--	---	--	------------------------------	----------

Foi constatado que a FAFIA jamais realizou sequer um concurso em toda a sua existência, e que vem admitindo pessoal para os cargos efetivos, sem concurso público, em afronta ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

O que se tem verificado é a contratação direta de pessoal com anotação na CTPS, dando falsa sensação de vínculo efetivo com a Instituição, sendo certo que as exceções citadas na Constituição Federal não podem ser ampliadas e interpretadas pelos gestores públicos para fugir ao princípio da obrigatoriedade do concurso público.

A UCCI alertou à FAFIA quanto ao provável reflexo significativamente negativo de tal conduta (manutenção de contratações irregulares) na Prestação de Contas da Folha de Pagamento – PCF, Prestação de Contas Mensal – PCM, Prestação de Contas Anual – PCA, bem como no preenchimento do e-Social.

O MPES foi cientificado das irregularidades, e mesmo com a existência de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (23/08/2016), emitiu Notificação Recomendatória (nº 02/2022), para que o Prefeito Municipal de Alegre e o Diretor da FAFIA proceda a contratação de professores para a Instituição através de Processo Seletivo.

Quanto ao quadro administrativo permaneceu o compromisso firmado em Ata (PA MPES 2016.0025.5974-47 – 25/02/2019): “2- O quadro administrativo da FAFIA será substituído junto com o concurso do executivo municipal em data a ser apazada nos autos do procedimento extrajudicial respectivo (...)”.

4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Cassio Leandro Frauches de Souza**, gestor da **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA**, relativa ao exercício de 2023.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI ao longo do exercício de 2023, percebe-se com clareza que cumprimos devidamente com as nossas atribuições e competências, contribuindo de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.



Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da “Tabela Referencial 1” da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA** (Itens 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 da Tabela Referencial 1 da IN TC nº 68/2020 e Item 1.1 Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis).

Alegre/ES, 22 de março de 2024.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020